Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

RESOLUÇÃO ANP Nº XXX, DE (DIA) DE (MÊS) DE (ANO)

*Dispõe sobre o descomissionamento de instalações de exploração e de produção de petróleo e gás natural, disciplina a alienação e a reversão de bens, o cumprimento de obrigações remanescentes na fase de exploração e a devolução de área na fase de produção e dá outras providências.*

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP**, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo n.º 48610.001945/2016-62 e as deliberações tomadas na 999ª Reunião de Diretoria, realizada em 31 de outubro de 2019, RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece o Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção e disciplina a inclusão de área sob contrato em processo de licitação, a alienação e a reversão de bens, a devolução de área na fase de produção e o cumprimento de obrigações remanescentes na fase de exploração.

Parágrafo único. As instalações de exploração e de produção não integrantes de áreas sob contrato também estão sujeitas à observância desta Resolução.

Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - alienação de bens: ato de transferir a terceiros, por quaisquer meios, bem de propriedade do contratado que teve como propósito original a exploração e produção de petróleo e gás natural;

II - alijamento: qualquer abandono ou tombamento intencional e não autorizado de instalações de produção ou outras estruturas no mar;

III - bens reversíveis: bens móveis ou imóveis, principais ou acessórios, de propriedade do contratado, existentes em qualquer parcela da área contratada, cujos custos de aquisição são dedutíveis de acordo com as regras aplicáveis para o cálculo da participação especial e que, a critério da ANP, sejam necessários para permitir a continuidade das operações ou sejam passíveis de utilização por interesse público;

IV - contratado: agente econômico que tenha celebrado qualquer tipo de contrato com a União que lhe permita explorar, desenvolver e produzir petróleo e gás natural;

V - contrato: É o Contrato de Cessão Onerosa ou o Contrato de Concessão ou o Contrato de Partilha da Produção, conforme o regime sob o qual foram outorgados os direitos de exploração e produção de petróleo ou gás natural.;

VI - data do término do contrato na fase de exploração: data decurso do prazo do contrato, da notificação de devolução da última parcela da área sob contrato ou da comunicação da extinção do contrato pela ANP;

VII - descomissionamento de instalações: conjunto de atividades associadas à interrupção definitiva da operação das instalações, ao abandono permanente e arrasamento de poços, à remoção de instalações, à destinação adequada de materiais, resíduos e rejeitos e à recuperação ambiental da área;

VIII - devolução de área: ato de devolver à União uma parte ou a totalidade de uma área sob contrato;

IX - dutos: designação genérica de instalação para movimentação de fluidos, que inclui dutos de escoamento, dutos de transferência, linhas de produção, linhas de injeção, linhas de serviço, umbilicais e cabos elétricos;

X - Estudo de Justificativas para o Descomissionamento (EJD): documento que contém a descrição da área a ser devolvida considerando aspectos de reservatório, poços e instalações, acompanhada das justificativas sobre a decisão pelo descomissionamento de instalações;

XI - gerenciamento de resíduos: conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados com o objetivo de prevenir e minimizar a produção de resíduos e rejeitos, proporcionando sua adequada coleta, armazenamento, tratamento, transporte e destino final;

XII - instalações compartilhadas: instalação utilizada nas operações de duas ou mais áreas sob contrato, ou que assumirá esta situação por estar considerada em Plano de Desenvolvimento submetido à ANP;

XIII - instalações de exploração: poços, dutos, equipamentos e instalações utilizadas em testes de longa duração da fase de exploração;

XIV - instalações de produção: poços, dutos, equipamentos e unidades de produção que integram um sistema de produção;

XV - instalações de exploração e de produção não integrantes: instalação não vinculada a uma área sob contrato, operada a partir de autorização específica;

XVI - notificação de devolução de área na fase de exploração: declaração realizada pelo contratado mediante a qual devolve à União uma parte ou a totalidade da área sob contrato;

XVII - Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI): documento apresentado pelo contratado cujo conteúdo deve incorporar as informações, os projetos e os estudos necessários ao planejamento e à execução do descomissionamento de instalações;

XVIII - recuperação ambiental: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente da sua condição original;

XIX - remediação ambiental: ação de intervenção para a reabilitação de área contaminada, que consiste em aplicação de técnicas visando à eliminação ou à redução das concentrações de contaminantes;

XX - Relatório de Descomissionamento de Instalações (RDI): documento apresentado pelo contratado que descreve todas as atividades executadas durante o descomissionamento de instalações;

XXI - sistema de produção: conjunto de todas as instalações de produção destinado a promover a produção, a coleta, a separação, o tratamento, o armazenamento, o escoamento e a compressão dos fluidos em uma área sob contrato;

XXII - sistema de produção antecipada (SPA): sistema de produção instalado temporariamente na área sob contrato para a realização de testes de longa duração (TLD) na fase de produção ou para a produção antecipada com vistas à obtenção de dados e informações para subsidiar a instalação de um sistema de produção definitivo;

XXIII - teste de longa duração (TLD): teste em poço com tempo total de fluxo franco superior a 72 horas, realizado com vistas à obtenção de dados que permitam interpretações a fim de subsidiar avaliação de jazida;

XXIV - unidade de produção: unidade destinada ao processamento primário, ao armazenamento ou à compressão dos fluidos em uma área sob contrato.

CAPÍTULO II

DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

**Seção I**

Disposições Gerais

Art. 3º O contratado deverá explorar todas as opções de desenvolvimento viáveis, com o fim de maximizar a recuperação dos reservatórios e evitar o descomissionamento prematuro das instalações de produção.

Art. 4º O descomissionamento de instalações que leve à interrupção da produção de uma jazida ou que prejudique a sua recuperação só será permitido com a devolução da área ou com a apresentação de outras soluções de desenvolvimento que substituam as instalações de produção a serem descomissionadas.

Art. 5º O contratado deverá executar as atividades de descomissionamento de instalações de forma segura, com o fim de mitigar os riscos à vida humana, ao meio ambiente e aos demais usuários, nos termos estabelecidos nesta Resolução e no Anexo I – Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção.

Art. 6º A execução das atividades de descomissionamento de instalações e os custos associados a essas atividades serão de responsabilidade exclusiva do contratado.

Art. 7º A ANP poderá fiscalizar todas as etapas e atividades previstas no descomissionamento de instalações.

**Seção II**

Estudo de Justificativas para o Descomissionamento de Instalações de Produção

Art. 8º O contratado deverá apresentar à ANP o Estudo de Justificativas para o Descomissionamento (EJD) de instalações marítimas de produção, conforme o roteiro estabelecido no Anexo II – Roteiro para a Elaboração de Estudo de Justificativas para o Descomissionamento.

§ 1º O EJD deverá ser apresentado juntamente com o Programa de Descomissionamento de Instalações de instalações marítimas.

§ 2º O contratado ficará dispensado de apresentar o EJD caso seja adotada uma solução de desenvolvimento que permita a continuidade da produção e a maximização do fator de recuperação, a exemplo da substituição de uma unidade de produção.

§ 3º O contratado deverá manter o EJD atualizado até o término da produção.

Art. 9º A ANP poderá solicitar o EJD de instalações terrestres de produção no prazo de sessenta dias, contados do recebimento do PDI de instalações terrestres.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o EJD deverá ser apresentado no prazo de sessenta dias, contados da solicitação da ANP.

Art. 10. O contratado deverá apresentar as premissas que levaram à definição da data do término da produção, bem como a análise de sensibilidade dessa data em função da variação dessas premissas, levando-se em consideração as condições do reservatório e das instalações de produção e os fatores econômicos.

**Seção III**

Programa de Descomissionamento de Instalações

Art. 11. Na fase de exploração, o contratado deverá submeter o Programa de Descomissionamento de Instalações (PDI) à aprovação da ANP conforme os seguintes prazos e condições:

I - o PDI deverá ser apresentado no prazo de sessenta dias após o decurso do prazo do contrato ou a comunicação da extinção do contrato pela ANP;

II - o PDI deverá ser apresentado juntamente com a notificação de devolução de área na fase de exploração, na hipótese de o contratado decidir devolver à União uma parte ou a totalidade da área sob contrato; e

III - o PDI de instalações utilizadas em testes de longa duração (TLD) deverá ser apresentado no momento da solicitação de autorização do teste.

Parágrafo único. Os PDIs de instalações de exploração marítimas e terrestres não integrantes da área sob contrato deverão atender aos prazos e condições estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, conforme o caso.

Art. 12. Na fase de produção, o contratado deverá submeter o PDI à aprovação da ANP conforme os seguintes prazos e condições:

I - o PDI de instalações marítimas deverá ser apresentado no prazo de cinco anos antes da data prevista para o término da produção;

II - o PDI de instalações terrestres deverá ser apresentado no prazo de quatro anos antes da data prevista para o término da produção; e

III - o PDI de instalações utilizadas em sistemas de produção antecipada (SPA) deverá ser apresentado no momento da solicitação de autorização da produção.

§ 1º Os PDIs de instalações de produção marítimas e terrestres não integrantes da área sob contrato deverão atender aos prazos e condições estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, conforme o caso.

§ 2º Caso o descomissionamento se relacione a uma instalação ou conjunto de instalações sem implicar o término de produção, os prazos deverão ser contados anteriormente à data prevista de término da operação dessas instalações.

Art. 13. O contratado ficará dispensado de submeter o PDI à aprovação da ANP nas seguintes situações:

I - atividades relacionadas ao abandono e arrasamento de poços e recuperação ambiental de locações de poços, com exceção daquelas a serem executadas no âmbito do descomissionamento total de área ou da devolução de área;

II - SPA ou TLD na fase de exploração para os quais se prevê a remoção total das instalações; ou

III - áreas que tiveram seu desenvolvimento abortado, somente com aquelas instalações presentes ao fim da fase de exploração e cujas atividades de descomissionamento já tenham sido executadas.

§ 1º A dispensa de submissão do PDI à aprovação da ANP não exime o contratado de executar as atividades de descomissionamento em conformidade com esta Resolução.

§ 2º A dispensa prevista no inciso III dependerá da submissão do Relatório de Descomissionamento de Instalações (RDI) à aprovação da ANP, conforme estabelecido na Seção IV deste Capítulo, e da apresentação de manifestação de interesse de resilição do contrato.

Art. 14. O PDI deverá ser apresentado concomitantemente à ANP, ao órgão ambiental licenciador e, no caso de áreas marítimas, à Diretoria de Portos e Costas e à Capitania dos Portos da área de jurisdição envolvida.

Parágrafo único. Até a aprovação ou denegação do PDI, os órgãos referidos no caput poderão solicitar informações complementares, bem como determinar o cumprimento de medidas adicionais.

Art. 15. A aprovação ou denegação do PDI poderá ser precedida de escrutínio público, sempre que julgado necessário, com o fim de dirimir dúvidas e recolher críticas e sugestões da sociedade sobre o documento.

§ 1º O escrutínio público será promovido às expensas do contratado e poderá ocorrer de forma presencial.

§ 2º As informações relativas aos custos de execução do PDI serão classificadas como sigilosas, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 16. A execução do PDI somente poderá ser iniciada após a aprovação da ANP, do órgão ambiental licenciador e, no caso de áreas marítimas, da Autoridade Marítima Brasileira.

§ 1º Para a aprovação do PDI, a ANP poderá solicitar a apresentação de relatórios parciais referentes às atividades em progresso do descomissionamento, conforme estabelecido na Seção IV deste Capítulo.

§ 2º Os relatórios parciais referidos no § 1º deverão ser apresentados em períodos não inferiores a cento e oitenta dias.

Art. 17. Em caso de alterações significativas no PDI aprovado, o contratado deverá comunicá-las concomitantemente à ANP, ao órgão ambiental licenciador e, no caso de áreas marítimas, à Diretoria de Portos e Costas e à Capitania dos Portos da área de jurisdição envolvida.

Parágrafo único. As alterações referidas no caput serão avaliadas para definir a necessidade de submissão de uma versão atualizada do PDI à aprovação dos órgãos mencionados.

Art. 18. Serão suspensos os prazos para a ANP decidir sobre o PDI submetido à sua aprovação durante:

I - a elaboração de informações complementares pelo contratado;

II - o cumprimento de medidas adicionais pelo contratado; ou

III - a realização de escrutínio público.

**Subseção I**

Programa de Descomissionamento de Instalações de Exploração

Art. 19. O PDI de instalações de exploração deverá ser elaborado conforme os roteiros estabelecidos no Anexo III – Roteiro do Programa de Descomissionamento de Instalações de Instalações Marítimas ou no Anexo IV – Roteiro do Programa de Descomissionamento de Instalações Terrestres.

Parágrafo único. A elaboração do PDI de instalações de exploração terrestres deverá satisfazer plenamente o programa de desativação aprovado pelo órgão ambiental que concedeu a licença ambiental da atividade.

Art. 20. O contratado deverá apresentar o PDI de instalações de exploração nos prazos estabelecidos pelo art. 11, conforme o caso.

Art. 21. Caso ainda não haja proposta definitiva quanto à remoção de instalações de exploração utilizadas em TLD na fase de exploração no momento da apresentação do PDI, o contratado deverá informar no PDI o inventário de todas as instalações que integram o teste de longa duração (TLD), incluindo aquelas instalações para as quais ainda não haja proposta definitiva quanto a sua remoção.

§ 1º Na hipótese do caput, a ANP decidirá sobre o conteúdo parcial do PDI de instalações utilizadas em TLD no prazo de cento e oitenta dias, contados da sua apresentação.

§ 2º O contratado deverá apresentar o conteúdo integral do PDI de instalações utilizadas em TLD no prazo de vinte e quatro meses, contados do término do TLD.

Art. 22. A ANP decidirá sobre o PDI de instalações de exploração conforme os seguintes prazos e condições:

I - sessenta dias, contados da apresentação do PDI de instalações de exploração terrestres;

II - noventa dias, contados da apresentação do PDI de instalações de exploração marítimas; e

III - cento e oitenta dias, contados da apresentação do PDI de instalações utilizadas em TLD.

Parágrafo único. A ANP manterá a decisão sobre o conteúdo parcial do PDI de instalações utilizadas em TLD, nos termos do art. 21, § 1º.

**Subseção II**

Programa de Descomissionamento de Instalações de Produção Marítimas

Art. 23. O PDI de instalações de produção marítimas deverá ser elaborado conforme o modelo estabelecido no Anexo III – Roteiro do Programa de Descomissionamento de Instalações de Instalações Marítimas.

Art. 24. O contratado deverá apresentar o conteúdo mínimo do PDI de instalações de produção marítimas, composto pelos itens 1 a 6 e subitem 7.5 do roteiro estabelecido no Anexo III, no prazo estabelecido pelo art. 12, inciso I.

Art. 25. A ANP decidirá sobre o conteúdo mínimo do PDI de instalações de produção marítimas no prazo de dezoito meses, contados da sua apresentação, o que incluirá a decisão sobre as alternativas de descomissionamento.

Art. 26. O contratado deverá apresentar o conteúdo integral do PDI de instalações de produção marítimas no prazo de cento e oitenta dias, contados do deferimento do conteúdo mínimo do PDI.

Art. 27. A ANP decidirá sobre o conteúdo integral do PDI de instalações de produção marítimas no prazo de doze meses, contados da sua apresentação, mantida a decisão sobre o conteúdo mínimo do PDI, nos termos do art. 25.

**Subseção III**

**Programa de Descomissionamento de Instalações de Produção Terrestres**

Art. 28. O PDI de instalações de produção terrestres deverá ser elaborado conforme o roteiro estabelecido no Anexo IV – Roteiro do Programa de Descomissionamento de Instalações Terrestres.

Parágrafo único. A elaboração do PDI de instalações de produção terrestres deverá satisfazer plenamente o programa de desativação do empreendimento aprovado pelo órgão ambiental que concedeu a licença ambiental da atividade.

Art. 29. O contratado deverá apresentar o PDI de instalações de produção terrestres no prazo estabelecido pelo art. 12, inciso II.

Art. 30. A ANP decidirá sobre o PDI de instalações de produção terrestres no prazo de dezoito meses, contados da sua apresentação.

**Subseção IV**

**Programa de Descomissionamento de Instalações utilizadas em Sistemas de Produção Antecipada**

Art. 31. O PDI de instalações utilizadas em Sistemas de Produção Antecipada (SPA) deverá ser elaborado conforme os roteiros estabelecidos nos Anexos III e IV.

Art. 32. O contratado deverá apresentar o PDI de instalações utilizadas em SPA no prazo estabelecido pelo art. 12, inciso III.

Art. 33. Caso ainda não haja proposta definitiva quanto à remoção de instalações de produção no momento da apresentação do PDI, o contratado deverá informar no PDI de instalações utilizadas em SPA o inventário de todas as instalações que integram o sistema, incluindo aquelas instalações para as quais ainda não haja proposta definitiva quanto a sua remoção.

§ 1º Na hipótese do caput, a ANP decidirá sobre o conteúdo parcial do PDI de instalações utilizadas em SPA no prazo de cento e oitenta dias, contados da sua apresentação.

§ 2º O contratado deverá apresentar o conteúdo integral do PDI de instalações utilizadas em SPA no prazo de vinte e quatro meses, contados do término do SPA.

Art. 34. A ANP decidirá sobre o conteúdo integral do PDI de instalações utilizadas em SPA no prazo de cento e oitenta dias, contados da sua apresentação.

Parágrafo único. A ANP manterá a decisão sobre o conteúdo parcial do PDI, nos termos do art. 33, § 1º.

**Seção IV**

Relatório de Descomissionamento de Instalações

Art. 35. O contratado deverá submeter o Relatório de Descomissionamento de Instalações (RDI) à aprovação da ANP, conforme o roteiro estabelecido no Anexo V – Roteiro do Relatório de Descomissionamento de Instalações, no prazo de cento e oitenta dias após a conclusão da execução do PDI.

Art. 36. O RDI e os relatórios parciais referenciados no § 1º do art. 16 deverão ser apresentados concomitantemente à ANP, ao órgão ambiental licenciador e, no caso de áreas marítimas, à Diretoria de Portos e Costas e à Capitania dos Portos da área de jurisdição envolvida.

Art. 37. No caso de não cumprimento do PDI de instalações de produção, a ANP poderá executar as garantias vinculadas ao descomissionamento de instalações previstas no contrato, sem prejuízo das sanções cominadas na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

DESCOMISSIONAMENTO NA CESSÃO DE CONTRATOS

Art. 38. No âmbito do processo de cessão de contratos, deverão ser definidas as instalações a serem descomissionadas pelo cedente e aquelas que serão aproveitadas pelo cessionário.

Art. 39. O cedente deverá submeter uma versão atualizada do PDI à aprovação da ANP contemplando apenas as atividades de descomissionamento sob sua responsabilidade, juntamente com o pedido de cessão de contrato.

Art. 40. Caso haja instalações a serem descomissionadas pelo cedente, deverá ser assinado um termo de compromisso entre o cedente e a ANP quando da aprovação da cessão de contrato.

Parágrafo único. O termo de compromisso deverá viger até a aprovação do RDI ou, quando aplicável, até o término do monitoramento.

CAPÍTULO IV

INCLUSÃO DE ÁREA SOB CONTRATO NA FASE DE PRODUÇÃO EM PROCESSO DE LICITAÇÃO

Art. 41. A ANP poderá incluir área sob contrato a ser devolvida em processo de licitação, conforme os seguintes prazos:

I - para áreas marítimas, a partir de trinta meses antes da data prevista para o término da produção; ou

II - para áreas terrestres, a partir de vinte e quatro meses antes da data prevista para o término da produção.

Art. 42. A área sob contrato incluída no processo de licitação será mantida em oferta durante o prazo de doze meses.

Art. 43. A ANP disponibilizará as informações constantes no Estudo de Justificativas para o Descomissionamento (EJD) no processo de licitação, com exceção dos Estudos de Viabilidade Econômica (EVE).

Art. 44. Ao término do processo de licitação, caso não haja assinatura de um novo contrato, o contratado deverá executar o PDI aprovado pela ANP.

Art. 45. Na hipótese de assinatura de um novo contrato, o atual e o futuro contratados deverão:

I - definir as instalações a serem descomissionadas pelo atual contratado, conforme o PDI aprovado pela ANP, e aquelas que serão aproveitadas pelo futuro contratado, nas seguintes condições:

a) para áreas marítimas, no prazo de até cento e oitenta dias após a sessão de ofertas com vencedor da licitação; ou

b) para áreas terrestres, no prazo de até noventa dias após a sessão de ofertas com vencedor da licitação; e

II - iniciar a transferência das operações no prazo de cento e oitenta dias antes da data prevista para o término da produção.

Art. 46. O atual contratado deverá submeter uma versão atualizada do PDI à aprovação da ANP contemplando apenas as atividades de descomissionamento sob sua responsabilidade, em até cento e oitenta dias após a definição das instalações a serem descomissionadas por ele.

Art. 47. Mediante acordo, o futuro contratado poderá ficar responsável por executar as atividades de descomissionamento de instalações não revertidas ou alienadas.

Parágrafo único. A ANP deverá ser informada do acordo previsto no caput previamente à transferência das operações.

Art. 48. A transferência das operações deverá ser concluída até a data prevista para o término da produção.

Parágrafo único. A partir da data prevista para o término da produção, o atual contratado poderá executar apenas as atividades de descomissionamento pelas quais ficou responsável, conforme acordado com o futuro contratado.

Art. 49. O contrato entre a ANP e o atual contratado será resilido após a aprovação do RDI, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos na Seção III do Capítulo V.

CAPÍTULO V

ALIENAÇÃO E REVERSÃO DE BENS, CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES REMANESCENTES DA FASE DE EXPLORAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE ÁREA NA FASE DE PRODUÇÃO

**Seção I**

**Alienação de Bens**

Art. 50. A alienação de bens deverá ser realizada por instrumento jurídico apropriado, conforme legislação aplicável.

Parágrafo único. O instrumento jurídico de alienação de bens para o proprietário de terra deverá especificar o uso pretendido do bem alienado.

Art. 51. A alienação de bens para quaisquer fins não relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural não eximirá o contratado do cumprimento das responsabilidades estabelecidas nos itens 4.4 a 4.6 do Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção constante no Anexo I.

Parágrafo único. Não será permitida a alienação de poços para quaisquer fins não relacionados às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Art. 52. Na transferência de operações, o futuro contratado deverá negociar com o atual contratado o aproveitamento das instalações existentes na área por meio de instrumento particular.

**Seção II**

**Reversão de Bens**

Art. 53. A critério da ANP, os bens reversíveis passarão à propriedade da União e à administração da ANP na devolução de área, como previsto no art. [28](http://legislacao.anp.gov.br/?linkpath=newlink&id=/__LegisFed/resol-anp/XML/Filtro2/2006/Outubro/?linkpath=newlink&id=Lei%209.478%20-%201997$an=art28), § 1º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, sem ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP.

§ 1º A ANP manifestar-se-á sobre a reversão de bens no momento da aprovação do PDI de instalações de exploração e no momento da inclusão da área sob contrato em processo de licitação na fase de produção.

§ 2º Caso não ocorra licitação da área sob contrato ou o processo de licitação não obtenha sucesso, o contratado deverá proceder ao descomissionamento dos bens declarados objeto de reversão.

Art. 54. As instalações compartilhadas não serão consideradas bens reversíveis, a menos que se verifique a extinção simultânea de todos os contratos a elas relacionados, como previsto no art. [28](http://legislacao.anp.gov.br/?linkpath=newlink&id=/__LegisFed/resol-anp/XML/Filtro2/2006/Outubro/?linkpath=newlink&id=Lei%209.478%20-%201997$an=art28) da Lei nº 9.478, de 1997.

Art. 55. Caso haja compartilhamento de instalações entre diferentes contratados, as instalações compartilhadas, a área correspondente e as vias de acesso deverão ser alienadas para algum dos contratados remanescentes.

Parágrafo único. Em caso de conflito de interesses na alienação das instalações compartilhadas, aplicar-se-ão os critérios elencados na cláusula que define o regime jurídico do respectivo contrato.

Art. 56. As unidades de produção flutuantes não serão consideradas bens reversíveis.

Art. 57. O futuro contratado poderá optar por aproveitar os bens reversíveis, hipótese em que ele assumirá a responsabilidade por esses bens.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES REMANESCENTES E DEVOLUÇÃO DE ÁREA

**Seção I**

**Cumprimento das Obrigações Remanescentes da Fase de Exploração**

Art. 58. A partir da data do término do contrato na fase de exploração, não será permitida a realização de atividades de exploração na área do contrato.

Parágrafo único. As atividades de descomissionamento de instalações permanecem como obrigações remanescentes da fase de exploração.

Art. 59. Para efetivar o cumprimento das obrigações remanescentes da fase de exploração, o contratado deverá atender às seguintes condições:

I - obter a aprovação do RDI; e

II - comprovar a conclusão das alienações de bens, incluindo aqueles referentes a instalações ou partes de instalações a serem usadas na criação de recifes artificiais.

Parágrafo único. Caso o PDI indique a necessidade de monitoramento pós descomissionamento, o cumprimento das obrigações remanescentes ocorrerá após o término do monitoramento, salvo se o contratado assinar um termo de compromisso com a ANP quando da aprovação do RDI.

Art. 60. A efetivação do cumprimento das obrigações remanescentes na fase de exploração não eximirá o antigo contratado de suas obrigações legais com os proprietários da terra e com os entes municipais, estaduais e federais, bem como não implicará em ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP.

**Seção II**

**Devolução de Área na Fase de Produção**

Art. 61. Para efetivar a devolução de área na fase de produção, o contratado deverá atender às seguintes condições:

I - obter a aprovação do RDI; e

II - comprovar a conclusão das alienações de bens, incluindo aqueles referentes a instalações ou partes de instalações a serem usadas na criação de recifes artificiais.

Parágrafo único. Caso o PDI indique a necessidade de monitoramento pós descomissionamento, a devolução da área ocorrerá após o término do monitoramento, salvo se o contratado assinar um termo de compromisso com a ANP quando da aprovação do RDI.

Art. 62. Cumpridas todas as condições estabelecidas nesta Resolução, a ANP e o contratado assinarão um termo de resilição do contrato oficializando a devolução da área na fase de produção.

Art. 63. As obrigações do contratado quanto ao pagamento de participações governamentais serão cessadas a partir da resilição do contrato.

Art. 64. A resilição do contrato não eximirá o antigo contratado de suas obrigações legais com os proprietários da terra e com os entes municipais, estaduais e federais, bem como não implicará em ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65. O contratado deverá manter atualizadas as informações cadastrais de todas as instalações de exploração e de produção constantes nos bancos de dados eletrônicos da ANP, em conformidade com a regulamentação específica.

Art. 66. As lições aprendidas no descomissionamento de instalações serão divulgadas pela ANP.

Art. 67. As instalações de produção com previsão de descomissionamento em prazo inferior ao estabelecido para a apresentação do EJD e do PDI, previstos, respectivamente, nos arts. 8º e 12, serão reguladas individualmente pela ANP.

Parágrafo único. O contratado deverá submeter à aprovação da ANP cronograma referente à apresentação do EJD e do PDI no prazo de noventa dias, contados da data da publicação desta Resolução.

Art. 68. O não atendimento ao disposto nesta Resolução sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei nº [9.847](http://legislacao.anp.gov.br/?linkpath=newlink&id=/__LegisFed/resol-anp/XML/Filtro2/2017/Agosto/?linkpath=newlink&id=Lei%209.847%20-%201999), de 26 de outubro de 1999, sem prejuízo das penalidades de natureza civil e penal.

Art. 69. Os casos omissos serão objeto de análise e deliberação da ANP.

Art. 70. Ficam revogadas:

I - a Resolução ANP nº 27, de 18 de outubro de 2006;

II - a Resolução ANP nº 28, de 18 de outubro de 2006;

III - a Resolução ANP nº 25, de 24 de abril de 2014;

IV - o item 51.5 do Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural (RTDT), constante no Anexo da Resolução ANP nº 6, de 3 de fevereiro de 2011, para instalações de produção de áreas sob contrato;

V - o item 26.4 do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional de Sistemas Submarinos (SGSS), constante no Anexo da Resolução ANP nº 41, de 9 de outubro de 2015, para instalações de produção de áreas sob contrato;

VI - os art. 25, 26 e 27 da Resolução ANP nº 52, de 2 de dezembro de 2015, para instalações de produção não integrantes da área sob contrato.

Art. 71. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO FABRÍCIO ODDONE DA COSTA

Diretor-Geral

ANEXO I

(a que se refere o art. 5º da Resolução ANP nº XXX, de (DIA) de (MÊS) de (ANO))

REGULAMENTO TÉCNICO DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES DE EXPLORAÇÃO E DE PRODUÇÃO

1. OBJETIVO

1.1 O objetivo deste Regulamento Técnico é estabelecer os requisitos e diretrizes para o descomissionamento de instalações em áreas sob contrato nas fases de exploração e de produção de petróleo e gás natural.

1. DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

2.1 As instalações retiradas de operação, os equipamentos necessários à execução do descomissionamento e a área onde as instalações estão inseridas deverão ser mantidos pelo contratado em condições de segurança, com o fim de mitigar os riscos à vida humana, ao meio ambiente e aos demais usuários, até que o descomissionamento seja finalizado.

2.2 O contratado deverá elaborar Estudo de Análise de Riscos, que deverá contemplar todas as atividades previstas no descomissionamento de instalações e estar concluído no prazo de noventa dias antes do início do descomissionamento.

2.3 As instalações deverão ser limpas e descontaminadas com o fim de mitigar os riscos à vida humana, ao meio ambiente e aos demais usuários.

2.4 O contratado deverá assegurar o adequado gerenciamento de resíduos e rejeitos gerados, incluindo os rejeitos radioativos.

1. DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES MARÍTIMAS

3.1 Quaisquer instalações deverão ser removidas da área sob contrato.

* + 1. O alijamento de instalações no mar não será permitido.
    2. A remoção parcial ou a permanência **in situ** de instalações poderão ser admitidas, desde que devidamente justificada mediante avaliação comparativa das alternativas de descomissionamento.

3.2 A metodologia de avaliação comparativa das alternativas de descomissionamento deverá adotar no mínimo os critérios técnico, ambiental, social, econômico e de segurança.

* + 1. Os critérios mencionados no item 3.2 deverão considerar:

a) técnico: avaliação da viabilidade técnica das alternativas considerando as características das instalações e as tecnologias existentes;

b) ambiental: avaliação dos riscos e dos impactos ambientais das alternativas nos ambientes marinho e terrestre;

c) social: avaliação dos impactos das alternativas às comunidades e aos demais usuários do mar e da perspectiva de variação dos postos de trabalho;

d) econômico: estimativa dos custos dos projetos das alternativas; e

e) segurança: avaliação dos riscos das alternativas aos trabalhadores dos ambientes marítimo e terrestre, aos demais usuários do mar e a terceiros.

3.2.2 O critério econômico, isoladamente, não deverá ser considerado decisivo para a definição da alternativa.

3.3 As instalações parcialmente removidas ou que permanecerem **in situ** não deverão causar interferências injustificadas à navegação, ao ambiente marinho e aos demais usuários do mar.

3.4 A remoção de instalações deverá observar as seguintes condições:

a) o arrasamento de poços deverá contemplar a remoção da cabeça de poço e o corte dos revestimentos a três metros abaixo do leito marinho, para poços localizados em lâmina d’água igual ou menor a cem metros; e

b) as demais instalações deverão ter a sua estrutura de sustentação cortada a três metros abaixo do leito marinho nas situações em que estiverem localizadas em lâminas d’água igual ou menor a cem metros.

3.5 A remoção parcial de instalações deverá observar as seguintes condições:

a) as instalações e as estruturas de sustentação parcialmente removidas deverão ser cortadas de forma a deixar uma coluna d'água desobstruída de no mínimo cinquenta e cinco metros; ou

b) a impossibilidade de atendimento à condição estabelecida no item (a) poderá ser admitida desde que devidamente justificada mediante avaliação comparativa das alternativas de descomissionamento.

3.6 O aproveitamento de instalações ou parte delas para outros usos, tais como a criação de recifes artificiais, deverá ser precedido por sua adequação à finalidade proposta e pela aprovação das autoridades competentes.

3.7 A saída das unidades de produção do local de operação e o deslocamento para outro destino deverão ser precedidos pelo cumprimento dos procedimentos previstos nas normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira, das condições estabelecidas pelo órgão ambiental competente e dos atos e resoluções ratificados pelo Brasil.

3.8 As instalações e as estruturas de sustentação parcialmente removidas ou que permanecerem **in situ** deverão ser cartografadas e sinalizadas de acordo com as normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira.

3.8.1 Para instalações e estruturas de sustentação parcialmente removidas ou que permanecerem **in situ** localizadas em lâmina d’água de até cinquenta e cinco metros deverão ser estabelecidos sinais náuticos flutuantes cegos ou luminosos.

3.8.2 O estabelecimento e a manutenção dos sinais náuticos deverão atender ao disposto nas normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira.

3.9 O leito marinho deverá ser limpo de quaisquer materiais e resíduos depositados no entorno das instalações de produção após a conclusão do descomissionamento.

3.10 A realização de levantamentos hidrográficos específicos, após a conclusão do descomissionamento das instalações, poderá ser exigida, conforme disposto nas normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira.

3.11 O PDI deverá incorporar um Plano de Monitoramento Pós Descomissionamento, cuja elaboração deverá ter como premissa uma abordagem baseada em risco.

3.11.1 A execução do Plano de Monitoramento Pós Descomissionamento será alvo de acompanhamento por parte da ANP, do órgão ambiental licenciador e da Autoridade Marítima Brasileira, podendo ser solicitada a apresentação de relatórios de progresso das atividades de monitoramento ao contratado;

3.11.2 Ao término da execução do Plano de Monitoramento Pós Descomissionamento deverá ser submetido relatório que consolide os resultados obtidos à aprovação da ANP, do órgão ambiental licenciador e da Autoridade Marítima Brasileira.

1. DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES TERRESTRES

4.1 Quaisquer instalações, obras civis, estruturas e demais instalações deverão ser removidas da área sob contrato.

4.1.1 A remoção parcial ou a permanência **in situ** de instalações poderão ser admitidas desde que devidamente justificada.

4.1.2 A avaliação sobre a remoção de dutos situados em faixas compartilhadas deverá ser realizada conjuntamente, considerando a previsão do término da operação do último duto existente na faixa.

4.1.3 A permanência de edificações, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis poderão ser admitidas, desde que devidamente justificada.

4.1.4 Os diques e os tanques utilizados para armazenamento de resíduos e rejeitos deverão ser removidos.

4.2 O arrasamento de poços terrestres deverá observar as seguintes condições:

a) contemplar a remoção da cabeça do poço e o corte dos revestimentos e do condutor ao nível da base do antepoço; e

b) contemplar a demolição das paredes do antepoço e o aterramento de sua cavidade até o nível do terreno circundante.

4.3 As faixas de terreno onde se localizam os dutos e as vias de acesso deverão ser eliminadas e adequadas ao uso do solo no entorno, salvo justificativa em contrário.

4.4 As instalações, obras civis e estruturas deverão ser limpas e descontaminadas com o fim de mitigar os riscos à vida humana, ao meio ambiente e aos demais usuários.

4.5 As áreas associadas às atividades de descomissionamento, tais como unidades de produção e instalações de armazenamento de resíduos e rejeitos, deverão sofrer investigação abrangendo água e solo em nível superficial e subsuperficial, com o objetivo de definir a necessidade de remediação ambiental.

4.6 As áreas associadas às atividades de descomissionamento de instalações deverão ser objeto de Plano de Recuperação Ambiental visando a sua adequação ao provável uso futuro do solo.

* + 1. As ações de recuperação ambiental devem observar no mínimo as seguintes condições:

a) remoção de todos os resíduos e rejeitos gerados durante as atividades de descomissionamento;

b) reaterro de todas as cavidades até o nível do terreno circundante;

c) revolvimento dos terraplenos, salvo justificativa em contrário;

d) regularização da drenagem porventura afetada;

e) tratamento das áreas erodidas;

f) regularização dos corpos hídricos assoreados;

g) revegetação, preferencialmente com espécies nativas locais, em especial dos terraplenos e dos taludes; e

h) demais especificações estabelecidas na legislação ambiental vigente ou expedidas pelo órgão ambiental competente.

4.6.2 O Plano de Recuperação Ambiental deverá prever, quando necessário, Projeto de Remediação Ambiental, considerando os critérios e parâmetros definidos na legislação ambiental vigente.

* + 1. O Plano de Recuperação Ambiental deverá prever, quando necessário, Plano de Monitoramento Ambiental.
    2. A execução do Plano de Recuperação Ambiental será alvo de acompanhamento por parte da ANP, podendo ser solicitada a apresentação de relatórios intermediários ao contratado.
    3. Ao término da execução do Plano de Recuperação Ambiental deverá ser submetido relatório que consolide os resultados obtidos à aprovação da ANP.

ANEXO II

(a que se refere o art. 8º da Resolução ANP nº XXX, de (DIA) de (MÊS) de (ANO))

ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE JUSTIFICATIVAS PARA O DESCOMISSIONAMENTO

* + - 1. **OBJETIVO E CAMPO DE APLICAÇÃO**

O objetivo deste roteiro é orientar a elaboração do Estudo de Justificativas para o Descomissionamento (EJD) e estabelecer o seu conteúdo mínimo.

O EJD deverá conter informações com abrangência e profundidade suficientes para:

a) permitir à ANP conhecer os motivos que levaram à opção pelo descomissionamento das instalações, levando-se em conta condições do reservatório e das instalações de produção e os fatores econômicos que determinaram a inviabilidade da manutenção das operações;

b) permitir à ANP conhecer as opções ao descomissionamento das instalações estudadas e as razões detalhadas para a escolha do descomissionamento como solução adotada;

c) permitir à ANP verificar que o melhor ponto para corte econômico das unidades (término da produção) foi escolhido;

d) permitir à ANP avaliar a viabilidade de inclusão da área a ser devolvida em consulta pública para incluí-lo em outro processo de licitação; e

e) demonstrar que o contratado esteve comprometido em buscar soluções para extensão da vida útil da instalação de produção e para aumento do fator de recuperação dos reservatórios (FR), incluindo a redução de custos de projetos com alto preço de óleo de equilíbrio.

* + - 1. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

O contratado deverá apresentar um EJD que demonstre ter analisado a possibilidade de aumento do fator de recuperação da área por meio (i) da extensão da vida útil dos equipamentos e sistemas produtivos; (ii) da substituição das instalações de produção por estruturas mais modernas e eficientes e (iii) da implementação de quaisquer outras técnicas de aumento de fator de recuperação que se apliquem ao módulo em questão e que poderiam estender a vida útil da instalação.

Para as possibilidades estudadas, o contratado deverá encaminhar os Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTEs) realizados, bem como informar os esforços conduzidos para torná-las viáveis economicamente.

O contratado deverá demonstrar que foi diligente nas ações de redução dos custos relativos à instalação de produção a ser descomissionada, bem como na identificação de projetos que poderiam tornar a utilização da instalação viável por mais tempo, por meio do aumento da produção e da consequente otimização da infraestrutura.

O descomissionamento de instalações por limitações contratuais de afretamento deverá incluir detalhadamente os motivos da não prorrogação do contrato, bem como os estudos realizados para identificar outras soluções de desenvolvimento para a sua substituição.

* + - 1. **CONTEÚDO MÍNIMO DO ESTUDO DAS JUSTIFICATIVAS PARA O DESCOMISSIONAMENTO**

**3.1 Introdução**

O contratado deverá informar, entre as opções abaixo, o descomissionamento solicitado:

a) descomissionamento total com devolução de área; ou

b) descomissionamento de uma instalação de produção sem projeto firme de substituição e com devolução parcial de área.

Um breve resumo da área/instalação/módulo a ser descomissionado deverá ser apresentado, incluindo minimamente os reservatórios produtores, o número de poços interligados, as características principais da instalação de produção, o início de operação e o histórico das operações no campo. Sumariamente, devem ser descritas as opções ao descomissionamento avaliadas e os principais resultados econômicos dessas, incluindo opreço do óleode equilíbrio de cada uma.

**3.2 Reservatórios e Poços**

Descrever sucintamente os reservatórios drenados pela instalação de produção, incluindo:

a) o método de produção, de recuperação, evolução de pressão e saturações de fluidos (óleo, gás, água) ao longo da produção, FR atual e final projetado, em comparação ao originalmente estimado, a comparação dos FRs com reservatórios similares no Brasil e no exterior e as justificativas para diferenças a menor;

b) se os reservatórios estão sendo drenados exclusivamente pela instalação de produção a ser descomissionada;

c) para os poços em operação na área a ser descomissionada: início de operação, reservatório(s) explotado(s) ao longo da etapa de produção de seu ciclo de vida, finalidade (incluindo os períodos em que operou de cada forma), método de elevação artificial, status atual, volume recuperável atual e previsto, e tratamento a ser dado com o descomissionamento (arrasamento, abandono temporário, interligação a outras instalações de produção, ou qualquer outro).

Apresentar os **upsides**exploratórios identificados nas áreas adjacentes e que poderiam ser explotados, em caso de descoberta, com a infraestrutura existente. Especificar o raio de alcance da infraestrutura considerado.

**3.3 Instalações de Produção**

Descrever sucintamente as instalações de produção a serem descomissionadas, incluindo:

a) capacidades atuais de processamento de fluidos;

b) alterações significativas realizadas ao longo da operação do campo que impactaram nas capacidades;

c) vida útil atual da instalação de produção, vida útil original, projetos de manutenção de integridade e extensão de vida útil implementados;

d) condições de segurança e integridade das instalações de produção, indicando quais delas têm condição de continuidade operacional, bem como necessidades de manutenções, reparos e substituições para continuidade operacional; e

e) duração do contrato de afretamento, se for o caso.

**3.4 Projetos Avaliados**

**3.4.1 Oportunidades exploratórias e de reservatório**

O contratado deverá informar se havia projetos em carteira que poderiam ter sido interligados à instalação de produção, mas que não demonstraram economicidade.

Informar ainda se foram estudados projetos de implementação de novos métodos de recuperação de hidrocarbonetos ou ampliação dos existentes, que também não alcançaram economicidade. Caso positivo, apresentar os estudos conduzidos para a redução dos maiores custos relacionados ao projeto ou para a implementação de outras ações que pudessem reverter o cenário de inviabilidade econômica. Apresentar ainda o preço do óleode equilíbrio para os cenários estudados, bem como o impacto no FR e na curva de produção, caso fossem econômicos.

**3.4.2 Workovers, adensamento de malha e mudança de método de elevação**

Apresentar a análise integrada para realização de intervenções de recompletação ou restauração de poços (incluindo, por exemplo, redefinição de intervalos produtores, mudança de método de elevação, substituição de coluna de produção, limpeza do poço); o potencial de redução de custos operacionais com a implantação desses projetos; e o quanto de redução, frente ao investimento requerido, seria suficiente para reverter a economicidade da instalação de produção, estendendo a sua vida útil e postergando o seu descomissionamento.

Informar se havia projetos em carteira de perfuração de poços para adensamento de malha a serem interligados à instalação em questão, mas que, mesmo com eles, a economicidade para manutenção da instalação não seria positiva, frente ao investimento requerido.

Caso positivo, apresentar os estudos conduzidos para a redução dos maiores custos relacionados aos projetos e/ou para implementação de outras ações que pudessem reverter o cenário de inviabilidade econômica. Apresentar ainda o preço do óleo de equilíbrio, bem como o impacto no FR e na curva de produção, caso fossem econômicos.

Para os poços interligados à instalação de produção a ser descomissionada, o contratado deverá informar:

a) se o poço estiver produzindo abaixo do seu potencial ou se o poço está fechado por inviabilidade econômica de intervenção. Caso positivo, informar o motivo e o EVTE conduzido para a intervenção, apresentando o preço do óleode equilíbrio, bem como o impacto no FR e na curva de produção. Apresentar ainda os esforços realizados para a redução dos maiores custos, de forma a tornar a atividade viável economicamente;

b) se o poço estiver fechado e seu EVTE mostra economicidade, mas esta não seria suficiente para reverter a inviabilidade econômica da instalação de produção. Se essa intervenção com alguma redução de custos poderia ajudar na reversão do descomissionamento e os esforços conduzidos nesse sentido; ou

c) se o poço estiver fechado por falta de economicidade na intervenção e se esta é causada por exigência de algum órgão regulador que impeça o **workover** (ancoragem em área sensível; desvio de rota aumentando tamanho de linhas, por exemplo). Neste caso, informar se foi feito um plano de ação que poderia ser implementado para reverter a economicidade do projeto.

**3.4.3 Novas tecnologias**

O contratado deverá apresentar, caso aplicável, um estudo que demonstre:

a) ter analisado tecnologias consagradas, disponíveis dentro do seu campo de conhecimento e aplicação;

b) ter analisado tecnologias consagradas, todavia ainda não testadas pelo contratado;

c) ter analisado novas tecnologias, já disponíveis, contudo ainda sem terem sido instaladas em escala, mas que, em testes preliminares, apresentaram resultados satisfatórios e, cuja venda e instalação estejam disponíveis tempestivamente às necessidades do contratado.

**3.4.4 Extensão de vida útil ou substituição de instalações de produção**

O contratado deverá apresentar um estudo que demonstre ter analisado as possibilidades de (i) extensão de vida útil das instalações de produção; (ii) substituição de instalações de produção com capacidades de processamento mais adequadas às produções de fluidos atuais e previstas; (iii) substituição por instalações mais modernas e eficientes.

A análise deverá incluir, no mínimo, fatores técnicos, de segurança, econômicos, sociais e ambientais.

a) técnicos: adequação das capacidades, eficiência operacional, redução de tempo parado;

b) segurança: aprimoramento do sistema de inspeção e manutenção, detecção de falhas e monitoramento estrutural;

c) econômicos: redução do declínio de participações governamentais, comparação/redução de CAPEX/OPEX;

d) sociais: manutenção de ativos regionais, manutenção/criação de empregos;

e) meio ambiente: impactos ambientais.

As análises para a tomada de decisão quanto à extensão da vida útil deverão considerar a regulamentação pertinente, os padrões e as melhores práticas da indústria de petróleo e gás natural.

**3.4.5 Outros usos**

O contratado deverá informar se avaliou outras formas de uso das instalações de produção, como por exemplo, geração de energia, captura e estocagem de CO2, bem como os resultados dessa avaliação.

**3.5 Impactos do Descomissionamento das Instalações**

O contratado deverá apresentar uma análise de impacto do descomissionamento das instalações, considerando os reservatórios, campos e/ou instalações de produção que compartilham ou poderiam compartilhar a infraestrutura, os **upsides** exploratórios e se a instalação de produção faz parte de rotas de escoamento de outras instalações.

**3.6 Data do Término da Produção**

Apresentar a avaliação realizada para definição do melhor ponto para término da produção (corte econômico das instalações de produção) e uma análise de sensibilidade que demonstre a variação dessa data a partir da variação das premissas consideradas.

A cada ano, caso haja eventos que modifiquem as premissas dos estudos (aumento do valor do barril do petróleo, descobertas exploratórias, redução de custos na cadeia de fornecimentos de bens e serviços, etc.), o contratado deverá revisar seus estudos, comunicando os resultados à ANP por meio do Programa Anual de Produção (PAP).

**3.7 Análise econômica**

Apresentar as análises econômicas realizadas para as diferentes possibilidades estudadas, incluindo o preço do óleo de equilíbrio, os investimentos, os custos operacionais, as receitas, as participações governamentais e demais tributos e as curvas de produção. Comprovar economicamente que o descomissionamento das instalações é a opção mais adequada.

ANEXO III

(a que se referem os arts. 19, 23 e 24 da Resolução ANP nº XXX, de (DIA) de (MÊS) de (ANO))

ROTEIRO DO PROGRAMA DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES MARÍTIMAS

No PDI de instalações marítimas deverão ser indicados o número, a data e o escopo da versão e os responsáveis pela sua elaboração e aprovação no âmbito do contratado. Essa demanda também se aplica aos Estudos e Planos Associados, definidos no item 8 deste Roteiro.

O PDI deverá incorporar no mínimo a estrutura e os itens definidos a seguir.

Os itens que não forem aplicáveis às instalações de exploração deverão ser preenchidos com a expressão "não aplicável" ou por um texto que justifique a sua não aplicação.

1. **REFERÊNCIA**

Apresentar as seguintes informações para a identificação do contexto em que está inserido o PDI:

a) contratado;

b) número(s) do(s) contrato(s);

c) área(s) sob contrato;

d) bacia sedimentar;

e) lâmina d’água mínima, média e máxima (m);

f) distância mínima da costa (km);

g) data de início da produção;

h) data de previsão de término da produção;

i) tipo de descomissionamento (parcial, parcial com devolução de área ou total com devolução de área);

j) tipologias de instalações contempladas no PDI (poços, dutos, unidades de produção, equipamentos, outras instalações).

k) processos de licenciamento no órgão ambiental licenciador; e

l) licenças ambientais do empreendimento (identificação, escopo e prazo de validade).

1. **MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES**

Apresentar síntese das motivações que levaram o contratado a solicitar o descomissionamento de instalações.

1. **INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES DE PRODUÇÃO A SEREM DESCOMISSIONADAS**

Apresentar descrição detalhada das instalações de produção a serem descomissionadas, conforme definido a seguir. Quando o descomissionamento envolver uma unidade de produção, todas as instalações que estiveram associadas à referida unidade também deverão ser contempladas no PDI.

As informações a serem apresentadas devem estar em acordo com aquelas constantes nos bancos de dados eletrônicos da ANP, como, por exemplo, o Sistema de Informações Gerenciais de Exploração e Produção (SIGEP) e o Sistema do Poço ao Posto (DPP) ou supervenientes.

* 1. **Poços**

Apresentar descrição dos poços indicando:

a) nome do poço, conforme cadastrado na ANP;

b) área sob contrato associada ao poço;

c) unidade de produção associada ao poço;

d) lâmina d’água (m);

e) latitude e longitude, conforme padrão ANP-4C ou superveniente;

f) tipo de completação (seca ou molhada);

g) finalidade, conforme Resolução ANP nº 699, de 6 de setembro de 2017, ou superveniente;

h) status atual, conforme Resolução ANP nº 699, 6 de setembro 2017, ou superveniente;

i) data do término da perfuração; e

j) data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável.

Adicionalmente, para os poços já abandonados permanentemente:

a) apresentar desenho esquemático de abandono do poço, indicando a portaria, resolução, norma ou norma interna utilizada à época do abandono permanente. Nesse esquemático, deverão ser identificados os intervalos onde há aquíferos, reservatórios de hidrocarbonetos e camadas com potencial de fluxo; e

b) informar se a árvore de natal e a cabeça de poço foram removidos e a profundidade na qual os revestimentos foram cortados.

Caso o desenho esquemático de abandono do poço identifique intervalos não cimentados, deverá ser comprovado que estes intervalos estão localizados em formações impermeáveis. Uma vez identificados desvios em relação ao regulamento utilizado, deverá ser comprovado que os aspectos de segurança do poço não foram comprometidos.

* 1. **Unidades de Produção Marítimas** 
     1. **Descrição**

Apresentar as seguintes informações referentes às unidades de produção:

a) nome da unidade de produção;

b) código da unidade de produção;

c) classificação da unidade de produção;

d) proprietário;

e) operador da instalação;

f) data de término do contrato de afretamento, quando aplicável;

g) ano de construção e ano de conversão;

h) massa (t);

i) calado máximo (m);

j) áreas sob contrato atendidas pela unidade de produção;

k) lâmina d’água (m);

l) distância da costa (km);

m) latitude e longitude, conforme padrão ANP-4C, ou superveniente; e

n) sistema de escoamento da produção (dutos ou navios aliviadores).

* + 1. **Módulos**

Apresentar as seguintes informações referentes a cada módulo das unidades de produção:

a) dimensões (m) e massa (t); e

b) sistemas e equipamentos existentes.

* + 1. **Sistema de Manutenção de Posição ou de Sustentação**

Apresentar as seguintes informações referentes ao sistema de manutenção de posição ou de sustentação das unidades de produção:

a) tipo;

b) elementos e arranjos;

c) dimensões (m) e massa (t) dos elementos;

d) lâmina d’ água dos elementos; e

e) latitude e longitude, conforme padrão ANP-4C, ou superveniente.

* + 1. **Aspectos de Integridade**

Informar os aspectos de integridade que podem restringir as atividades de descomissionamento.

* 1. **Dutos**

Apresentar as seguintes informações referentes aos dutos ou trechos de dutos:

a) tipo do duto;

b) nome e código de identificação;

c) nome e código da origem;

d) nome e código do destino;

e) ano de instalação;

f) extensão total (m);

g) extensão dos trechos riser e flowline (m);

h) extensão dos trechos aflorados e enterrados (m);

i) diâmetro nominal (pol);

j) tipo de estrutura (rígido, flexível, polimérico ou híbrido);

k) massa total por trecho (t)

l) massa por tipo de material (metálico, polimérico) por trecho (t);

m) elementos de estabilização;

n) vãos livres;

o) produto movimentado;

p) lâmina d’ água da origem e do destino (m);

q) condição atual de enterramento (percentual e profundidade estimada de enterramento);

r) situação operacional (incluindo informações sobre a situação de conexão do duto em suas extremidades);

s) condição e data da última limpeza;

t) condição de tamponamento;

u) aspectos de integridade que podem restringir as atividades de descomissionamento;

v) demais aspectos que podem restringir as atividades de descomissionamento (cruzamentos, interligações, interferências, entre outros); e

x) datas das inspeções que deram origem às informações solicitadas nos itens anteriores;

z) arquivo de localização georreferenciada dos dutos, segundo o Padrão ANP 4C ou superveniente.

O percentual de enterramento solicitado no item “q” deverá ter como referência a geratriz inferior do duto.

As informações solicitadas deverão vir acompanhadas de diagrama do traçado do duto indicando a extensão e a lâmina d’água dos trechos enterrados e aflorados.

* 1. **Demais Equipamentos do Sistema Submarino**

Apresentar as seguintes informações referentes aos demais equipamentos do sistema submarino, incluindo aqueles utilizados para manutenção de posição e de sustentação:

a) tipo;

b) sigla e código de identificação;

c) dimensões (m) e massa (t);

d) lâmina d’água (m);

e) latitude e longitude, conforme padrão ANP-4C, ou superveniente;

f) situação;

g) condição e data da última limpeza;

h) condição de tamponamento; e

i) aspectos de integridade que podem restringir as atividades de descomissionamento.

* 1. **Incrustação Biológica nas Instalações**

Apresentar as seguintes informações referentes às espécies biológicas incrustadas nas estruturas das instalações de produção, incluindo linhas de ancoragem:

a) nome e código da instalação de produção;

b) espécies incrustadas, indicando a ocorrência de espécies exóticas invasoras;

c) área total de incrustação (m2);

d) trechos de ocorrência e lâmina d’ água (m), quando horizontal (m); e

e) trechos de ocorrência e maior profundidade de ocorrência (m), quando vertical.

* 1. **Registros Fotográficos, Mapas e Diagramas**

Apresentar os seguintes documentos:

a) registros fotográficos atualizados das instalações de produção a serem descomissionadas. Deverá ser identificada a data de realização dos registros fotográficos;

b) mapas, dados e informações georreferenciados contendo a localização de todas as instalações de produção existentes na área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas, destacando aquelas que são alvo do PDI; e

c) diagrama unifilar de interligação de instalações de produção existentes na área onde se encontram inseridas as instalações a serem descomissionadas.

As informações solicitadas no item “b” deverão ser apresentadas em forma digital conforme o padrão ANP4C, ou superveniente.

1. **INVENTÁRIO DE MATERIAIS, RESÍDUOS E REJEITOS**

Apresentar informações referentes aos materiais, resíduos e rejeitos presentes nas instalações e depositados no leito marinho, conforme definido a seguir.

* 1. **Materiais, Resíduos e Rejeitos Presentes nas Instalações**

Apresentar as seguintes informações referentes aos materiais, resíduos e rejeitos presentes nas instalações de produção, tais como hidrocarbonetos, produtos químicos e rejeitos radioativos:

a) identificação;

b) origem;

c) localização (por instalação de produção);

d) massa estimada (t); e

e) composição estimada.

* 1. **Materiais, Resíduos e Rejeitos Depositados no Leito Marinho**

Apresentar as seguintes informações referentes aos materiais, resíduos e rejeitos depositados no leito marinho do entorno das instalações, tais como sucatas e cascalho de perfuração:

a) identificação;

b) lâmina d’água (m);

c) latitude e longitude, conforme padrão ANP-4C, ou superveniente;

d) massa (t); e

e) composição estimada.

1. **INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS**

Apresentar breve caracterização dos meios físico, biótico e socioeconômico do ambiente marinho onde estão inseridas as instalações de produção a serem descomissionadas.

As informações solicitadas também devem compor mapas em escala que permitam a sua adequada visualização e interpretação.

As variáveis que podem restringir as atividades de descomissionamento deverão ser destacadas.

* 1. **Meio Físico**

Apresentar as seguintes informações:

a) caracterização meteoceanográfica, com destaque para a definição de eventuais períodos com condições adversas às atividades;

b) batimetria e gradientes de inclinação do leito marinho;

c) composição granulométrica e dinâmica sedimentar do leito marinho;

d) faciologia, estruturas geológicas (dobras, falhas, fraturas) e condições de estabilidade do leito marinho; e

e) caracterização da qualidade da água e dos sedimentos para os parâmetros indicadores das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

* 1. **Meio Biótico**

Apresentar as seguintes informações:

a) áreas de ocorrência de recifes de corais e bancos de algas e de moluscos; e

b) espécies potencialmente vulneráveis às atividades de descomissionamento, com destaque para eventuais períodos e áreas que imponham restrições às atividades;

c) Unidades de Conservação.

* 1. **Meio Socioeconômico**

Apresentar as seguintes informações:

a) atividades socioeconômicas e recreativas e suas interações; e

b) identificação e localização das bases de apoio e equipamentos associados.

1. **CARACTERIZAÇÃO DAS ALTERNATIVAS DE DESCOMISSIONAMENTO E AVALIAÇÃO COMPARATIVA**

Apresentar as seguintes informações e documentos:

a) detalhamento das alternativas de descomissionamento por instalação; e

b) Estudo de Avaliação Comparativa das Alternativas de Descomissionamento, considerando, no mínimo, os critérios definidos no item 3.2 do Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção.

O Estudo de Avaliação Comparativa deverá ser apresentado na íntegra e incorporar todas as informações necessárias à sua elaboração, as análises técnicas e a definição objetiva das alternativas selecionadas por instalação de produção.

1. **PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES**

A partir das alternativas selecionadas por instalação, apresentar o Projeto de Descomissionamento de Instalações, conforme definido a seguir.

* 1. **Poços**

Para cada poço contemplado no PDI, apresentar:

a) nome do poço;

b) status final previsto, conforme Resolução ANP n° 699, de 6 de setembro 2017, ou superveniente; e

c) equipamentos que não serão removidos e respectiva altura acima do leito marinho, quando aplicável.

* 1. **Demais Instalações**

Para cada instalação contemplada no PDI, descrever:

a) alternativa de descomissionamento selecionada;

b) atividades de descomissionamento previstas (tais como içamento, corte, desmontagem, transporte de estruturas, atividades de mergulho, desconexão do sistema de ancoragem, despressurização, drenagem, limpeza e inertização);

c) infraestrutura necessária à execução das atividades de descomissionamento (tais como embarcações a serem utilizadas, bases de apoio às atividades);

d) destinação final;

e) local de armazenamento temporário;

f) local de destinação final;

g) método de limpeza de incrustações de espécies exóticas invasoras; e

h) identificação visual e sinalização noturna da unidade de produção durante o descomissionamento.

Para o caso de dutos que serão assentados no leito marinho, mesmo que temporariamente, deve ser apresentada a proposta de rota de assentamento, a qual deve considerar informações sobre a caracterização dos meios físico e biótico do ambiente marinho.

* 1. **Materiais, Resíduos e Rejeitos**

Para os materiais, resíduos e rejeitos potencialmente gerados, informar:

a) identificação;

b) origem;

c) massa estimada (t);

d) destinação final;

e) local de armazenamento temporário; e

f) local de destinação final.

* 1. **Informações Específicas**

Apresentar o conjunto de informações, conforme definido a seguir.

* + 1. **Unidades de Produção**

Para cada unidade de produção contemplada no PDI, informar:

a) sequência de desmontagem e retirada dos equipamentos da unidade de produção;

b) rotas definidas para o desembarque dos equipamentos;

c) listagem dos equipamentos que serão mantidos operacionais para as etapas de despressurização dos poços, escoamento de fluidos e limpeza de vasos, tubulações e dutos; e

d) listagem de novos equipamentos que serão instalados exclusivamente para a execução das atividades de descomissionamento.

* + 1. **Procedimentos operacionais**

Informar os procedimentos operacionais já existentes e a serem elaborados para o descomissionamento de instalações.

* 1. **Cronograma**

Apresentar cronograma detalhado por instalação de produção, incorporando todas as etapas e atividades previstas.

* 1. **Estimativa de Custos**

Apresentar estimativa de custos, conforme definido a seguir:

a) por instalação para cada atividade prevista; e

b) consolidada por macroatividades, tais como gerenciamento de projeto, abandono e arrasamento de poços, preparação das instalações para o descomissionamento, remoção de unidade de produção, remoção de dutos, remoção de demais estruturas do sistema submarino, destinação de materiais, resíduos e rejeitos, monitoramento, entre outros.

1. **ESTUDOS E PLANOS ASSOCIADOS**

Em conjunto com o Projeto de Descomissionamento de Instalações, apresentar os estudos indicados a seguir.

* 1. **Avaliação de Impactos Ambientais e Análise de Riscos Ambientais**

Considerando as alternativas de descomissionamento selecionadas, devem ser apresentadas avaliação de impactos ambientais e análise de riscos ambientais, conforme estabelecido nos atos normativos vigentes do órgão ambiental licenciador.

* 1. **Memorial Descritivo do Projeto de Auxílios à Navegação**

Apresentar o memorial descritivo necessário ao estabelecimento de auxílios à navegação, conforme estabelecido nas normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira.

* 1. **Plano de Monitoramento Pós Descomissionamento**

Apresentar Plano de Monitoramento Pós Descomissionamento, contemplando no mínimo as atividades a seguir:

a) inspeção de materiais e resíduos depositados no leito marinho;

b) inspeção das instalações parcialmente removidas ou que permanecerem **in situ**;

c) monitoramento da qualidade da água e dos sedimentos; e

d) monitoramento dos impactos sobre a biota, quando aplicável.

ANEXO IV

(a que se referem os arts. 19 e 28 da Resolução ANP nº XXX, de (DIA) de (MÊS) de (ANO))

ROTEIRO DO PROGRAMA DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES TERRESTRES

No PDI de instalações terrestres deverão ser indicados o número, a data e o escopo da versão e os responsáveis pela sua elaboração e aprovação no âmbito do contratado. Essa demanda também se aplica ao Plano de Recuperação Ambiental, definido no item 8 deste Roteiro.

O PDI deverá incorporar no mínimo a estrutura e os itens definidos a seguir.

Os itens que não forem aplicáveis às instalações de exploração deverão ser preenchidos com a expressão "não aplicável" ou por um texto que justifique a sua não aplicação.

1. **REFERÊNCIA**

Apresentar as seguintes informações para a identificação do contexto em que está inserido o PDI:

a) contratado;

b) número(s) do contrato(s);

c) área(s) sob contrato;

d) bacia sedimentar;

e) localização (estado e município);

f) data de início da produção;

g) data de previsão de término da produção;

h) tipo de descomissionamento (parcial, parcial com devolução de área ou total com devolução de área);

i) tipologias de instalações contempladas no PDI (poços, dutos, unidades de produção, equipamentos, outras instalações);

j) processos de licenciamento no órgão ambiental licenciador; e

k) licenças ambientais do empreendimento (identificação, escopo e prazo de validade).

1. **MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES**

Apresentar síntese das motivações que levaram o contratado a solicitar o descomissionamento de instalações.

1. **INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS**

Apresentar as seguintes informações e documentos:

a) caracterização e respectiva sensibilidade ambiental da área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas, incluindo áreas de preservação permanente, unidades de conservação e demais áreas protegidas;

b) uso e ocupação do solo no entorno das instalações a serem descomissionadas;

c) mapas, dados e informações georreferenciados das áreas onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas e do seu entorno. Devem constar as formações vegetais, os corpos hídricos, as áreas protegidas, as áreas agrícolas, urbanas e industriais e a localização das instalações de produção a serem descomissionadas; e

d) uso futuro da área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas.

As informações solicitadas no item “a” deverão ser apresentadas conforme o padrão ANP4C, ou superveniente.

1. **INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS**

Apresentar descrição detalhada das instalações a serem descomissionadas, conforme definido a seguir. Quando o descomissionamento envolver uma unidade de produção, todas as instalações que estiveram associadas à referida unidade também deverão ser contempladas no PDI.

As informações a serem apresentadas devem estar em acordo com aquelas constantes nos bancos de dados da ANP, como, por exemplo, o SIGEP e o DPP ou supervenientes.

* 1. **Locações de Poços**
     1. **Descrição**

Apresentar as seguintes informações:

a) área (m2);

b) localização (Estado e Município);

c) identificação da propriedade onde se situa a locação de poço e do respectivo proprietário;

d) acessos (m) e responsável pela construção dos acessos (contratado ou proprietário);

e) número de poços;

f) número de tanques;

g) edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades;

h) plataforma de carregamento de petróleo;

i) sistema de drenagem;

j) taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado);

k) corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento; e

l) uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial).

* + 1. **Poços**

Apresentar descrição dos poços indicando:

a) nome do poço, conforme cadastrado no banco de dados da ANP;

b) finalidade, conforme Resolução ANP nº 699, de 6 de setembro de 2017, ou superveniente;

c) status atual, conforme Resolução ANP nº 699, de 6 de setembro 2017, ou superveniente;

d) cota do terreno;

e) data do término da perfuração; e

f) data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável.

Adicionalmente, para os poços já abandonados permanentemente:

a) apresentar desenho esquemático de abandono do poço, indicando a portaria, resolução, norma ou norma interna utilizada à época do abandono permanente. Nesse esquemático, deverão ser identificados os intervalos onde há aquíferos, reservatórios de hidrocarbonetos e camadas com potencial de fluxo; e

b) informar se o poço foi arrasado de acordo com o item 4.2 do Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção.

Caso o desenho esquemático de abandono do poço identifique intervalos não cimentados, deverá ser comprovado que estes intervalos estão localizados em formações impermeáveis. Uma vez identificados desvios em relação ao regulamento utilizado, deverá ser comprovado que os aspectos de segurança do poço não foram comprometidos.

* + 1. **Dutos**

Apresentar as seguintes informações referentes aos dutos ou trechos de duto que tenham como origem ou destino a locação de poço:

a) tipo do duto;

b) nome e código de identificação;

c) nome e código da origem;

d) nome e código do destino;

e) ano de instalação;

f) extensão total (m);

g) extensão dos trechos aéreos, enterrados e submersos (m);

h) diâmetro nominal (pol);

i) tipo de estrutura (rígido, flexível, polimérico ou híbrido);

(j) massa total por trecho (t);

k) massa por tipo de material (metálico, polimérico) por trecho (t);

l) produto movimentado;

m) condição atual de enterramento (profundidade estimada de enterramento);

n) situação;

o) condição e data da última limpeza; e

p) condição de tamponamento;

q) arquivo de localização georreferenciada dos dutos, segundo o Padrão ANP 4C ou superveniente.

* + 1. **Instalações Associadas ao Tratamento de Efluentes e ao Armazenamento de Resíduos**

Apresentar informações gerais sobre as instalações associados ao tratamento de efluentes e armazenamento de resíduos.

* 1. **Unidades de Produção Terrestres** 
     1. **Descrição**

Apresentar as seguintes informações referentes às unidades de produção:

a) nome da unidade de produção;

b) código da unidade de produção;

c) classificação da unidade de produção;

d) operador da instalação;

e) ano de construção;

f) áreas sob contrato atendidas pela unidade de produção;

g) área (m2);

h) localização (Estado e Município);

i) identificação da propriedade onde se situa a locação de poço e do respectivo proprietário;

j) acessos (m) e responsável pela construção dos acessos (contratado ou proprietário);

k) edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades;

l) plataforma de carregamento e recebimento de petróleo;

m) sistema de drenagem;

n) taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado);

o) corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento; e

p) uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial).

* + 1. **Sistemas**

Apresentar informações gerais sobre os sistemas e equipamentos existentes.

* 1. **Dutos**

Apresentar as seguintes informações referentes aos dutos ou trechos dos dutos de escoamento:

a) tipo do duto;

b) nome e código de identificação;

c) nome e código da origem;

d) nome e código do destino;

e) Operador;

f) ano de instalação;

g) extensão total (m);

h) extensão dos trechos aéreos, enterrados e submersos (m);

i) diâmetro nominal (pol);

j) tipo de estrutura (rígido, flexível, polimérico ou híbrido);

k) massa total por trecho (t);

l) massa por tipo de material (metálico, polimérico) por trecho (t);

m) produto movimentado;

n) condição atual de enterramento (profundidade estimada de enterramento)

o) situação;

p) condição e data da última limpeza;

q) condição de tamponamento;

r) cruzamentos e travessias;

s) compartilhamento de faixa (quantidade de dutos, situação dos dutos, extensão dos trechos onde há compartilhamento de faixa e espaçamento entre os dutos); e

t) áreas erodidas no entorno do duto.

* 1. **Instalações Associadas ao Tratamento e Armazenamento de Resíduos, Rejeitos e Efluentes**

Apresentar informações gerais referentes às instalações associadas ao tratamento e armazenamento de resíduos, rejeitos e efluentes que não estão localizadas em unidades de produção e locações de poços, incluindo:

a) nome da instalação;

b) finalidade da instalação;

c) área (m2);

d) localização (Estado e Município);

e) edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades;

f) sistema de carregamento de caminhões;

g) sistema de drenagem;

h) taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado);

i) corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento; e

j) uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial).

* 1. **Recuperação Ambiental**

Descrever as áreas em processo de recuperação ambiental ou para as quais já se identificou tal necessidade. Deverão ser consideradas todas as áreas localizadas no **ring fence**da área sob contrato, incluindo aquelas que não estão diretamente associadas às instalações, que tenham sido diretamente ou indiretamente impactadas pela atuação do contratado.

**4.6 Registros Fotográficos, Mapas e Esquemáticos**

Apresentar os seguintes documentos:

a) registros fotográficos atualizados das áreas e instalações a serem descomissionadas e daquelas consideradas descomissionadas. Deverá ser identificada a data de realização dos registros fotográficos;

b) mapas, dados e informações georreferenciados contendo a localização de todas as instalações de produção existentes na área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas, destacando aquelas que são alvo do PDI; e

c) esquemáticos das instalações de produção existentes na área onde se encontram inseridas as instalações a serem descomissionadas.

As informações solicitadas no item “b” deverão ser fornecidas em meio digital conforme o padrão ANP4C, ou superveniente.

1. **DETALHAMENTO DAS PROPOSTAS DE DESCOMISSIONAMENTO**

Apresentar o detalhamento das propostas de descomissionamento para todas as instalações a serem descomissionadas, conforme definido a seguir:

* 1. **Poços**

Para cada poço contemplado no PDI, apresentar:

a) nome do poço;

b) status final previsto, conforme Resolução ANP n° 699, de 6 de setembro de 2017, ou superveniente; e

c) estruturas que não serão removidas, quando aplicável.

* 1. **Demais Instalações**

Para cada instalação contemplada no PDI, descrever:

a) alternativa de descomissionamento selecionada com a respectiva justificativa para as instalações cuja proposta seja a remoção parcial ou a permanência **in situ**;

b) atividades de descomissionamento previstas;

c) infraestrutura necessária à execução das atividades de descomissionamento;

d) destinação final;

e) local de armazenamento temporário; e

f) local de destinação final.

1. **MATERIAIS, RESÍDUOS E REJEITOS**

Para os materiais, resíduos e rejeitos potencialmente gerados, informar:

a) identificação;

b) origem;

c) massa estimada (t);

d) destinação final;

e) local de armazenamento temporário; e

f) local de destinação final.

1. **PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

Informar os procedimentos operacionais já existentes e a serem elaborados para o descomissionamento de instalações.

1. **PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL**

Apresentar Plano de Recuperação Ambiental para as áreas localizadas no **ring fence**da área sob contrato, incluindo aquelas que não estão diretamente associadas às instalações, que tenham sido diretamente ou indiretamente impactadas pela atuação do contratado, conforme definido a seguir:

a) Estudo de Investigação Ambiental. Caso a investigação ambiental da área só se mostre possível quando já tiverem sido removidas os equipamentos e estruturas existentes nas instalações, deve ser apresentado um Projeto de Investigação Ambiental;

b) Projeto de Remediação Ambiental de áreas contaminadas;

c) Projeto de Recuperação Ambiental. Deverão ser observadas as condições estabelecidas no item 6.7.1 do Regulamento Técnico de Descomissionamento de Instalações de Exploração e de Produção, sem o prejuízo de demais ações necessárias à recuperação ambiental; e

d) Plano de Monitoramento Ambiental, quando aplicável.

1. **CRONOGRAMA**

Apresentar cronograma detalhado por instalação de produção, incorporando todas as etapas e atividades previstas.

1. **ESTIMATIVA DE CUSTOS**

Apresentar estimativa de custos, conforme definido a seguir:

a) por instalação para cada atividade prevista, e

b) consolidada por macroatividades, tais como gerenciamento de projeto, abandono e arrasamento de poços, preparação das instalações para o descomissionamento, remoção de unidade de produção, remoção de dutos, destinação de materiais, resíduos e rejeitos, recuperação ambiental, entre outros.

ANEXO V

(a que se refere o art. 35 da Resolução ANP nº XXX, de (DIA) de (MÊS) de (ANO))

ROTEIRO DO RELATÓRIO DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

No RDI deverão ser indicados o número, a data e o escopo da versão e os responsáveis pela sua elaboração e aprovação no âmbito do contratado.

O RDI deverá incorporar no mínimo a estrutura e os itens definidos a seguir. Os relatórios parciais deverão ser munidos somente das informações constantes nos itens 1, 2, 3, e 4 deste anexo.

1. **REFERÊNCIA**

Apresentar as seguintes informações para a identificação do contexto no qual está inserido o RDI:

a) contratado;

b) número do(s) contrato(s);

c) área(s) sob contrato; e

d) número da revisão aprovada do PDI.

1. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESCOMISSIONAMENTO REALIZADAS**

Descrever as atividades de descomissionamento de instalações realizadas, incluindo a recuperação ambiental das áreas. Especificar por tipologia de instalação, conforme definido a seguir:

a) poços;

b) unidades de produção;

c) dutos; e

d) demais sistemas, instalações, equipamentos, estruturas e obras civis.

Apresentar registros fotográficos e imagens da área onde as instalações estiveram ou que permaneceram **in situ**. Deverá ser identificada a data de realização dos registros fotográficos e imagens.

Apresentar registros fotográficos e imagens das instalações que permaneceram **in situ**. Deverá ser identificada a data de realização dos registros fotográficos e imagens.

Apresentar mapas, dados e informações georreferenciados das instalações removidas e das instalações que permaneceram **in situ**. Os dados georreferenciados referentes às instalações removidas e às instalações que permanecerem **in situ** deverão ser apresentados em arquivos distintos, conforme o padrão ANP4C, ou superveniente.

Destacar e justificar as alterações realizadas em relação à versão aprovada do PDI, incluindo as atividades realizadas e não previstas no programa aprovado.

Informar as alienações e reversões de bens realizadas e os usos das instalações.

1. **MATERIAIS, RESÍDUOS E REJEITOS**

Para os materiais, resíduos e rejeitos gerados, informar:

a) identificação;

b) origem;

c) massa (t);

d) classificação de acordo com a Norma Técnica ABNT NBR 10004, ou superveniente;

e) tratamento;

f) destinação final;

g) local de destinação final; e

h) número do Manifesto de Resíduo associado.

Deverão ser apresentadas as cópias das licenças ambientais das empresas responsáveis pela destinação final dos materiais, resíduos e rejeitos.

1. **CRONOGRAMA**

Apresentar o cronograma realizado por instalação, incorporando todas as etapas e atividades realizadas.

1. **CUSTOS**

Apresentar os custos realizados conforme definido a seguir:

a) por instalação para cada atividade realizada; e

b) consolidada por macroatividades, tais como gerenciamento de projeto, abandono e arrasamento de poços, preparação das instalações para o descomissionamento, remoção de unidade de produção, remoção de dutos, remoção de demais instalações, destinação de materiais, resíduos e rejeitos, recuperação ambiental, monitoramento, entre outros.

Apresentar as motivações para as diferenças significativas de custos entre o previsto no PDI e o realizado.

1. **REPRESENTAÇÃO EM CARTA NÁUTICA**

Apresentar os documentos definidos a seguir, conforme estabelecido nas normas vigentes da Autoridade Marítima Brasileira.

* 1. **Plantas de Localização**

Representar em carta náutica as instalações e estruturas que permanecerem **in situ**. A escala deverá ser suficiente para permitir uma interpretação fácil e clara das estruturas a serem representadas. Geralmente, são utilizadas escalas de 1:10.000 a 1:50.000. A Planta de Localização deve conter:

a) identificação do datum em SIRGAS 2000;

b) identificação da escala utilizada;

c) representação da rede geográfica (latitude/longitude), com a identificação das coordenadas geográficas;

d) representação do perímetro das instalações e arranjos submarinos que permanecerem **in situ** ou, se em função de suas dimensões isto não for possível, a indicação de sua posição;

e) representação do traçado dos dutos submarinos, contendo as coordenadas dos pontos junto às margens e dos pontos de inflexão; e

f) representação das instalações e estruturas que permanecerem **in situ** acima do nível do mar.

* 1. **Planta de Situação**

Representar em carta náutica as instalações e estruturas que permanecerem **in situ** com o maior detalhamento possível, caracterizando-as em relação às áreas circunvizinhas, em escalas entre 1:500 a 1:2.000.

1. **COMPROVAÇÃO DAS ALIENAÇÕES REALIZADAS**

Apresentar os documentos definidos a seguir:

a) instrumento jurídico das alienações de bens realizadas. Esse documento deve especificar o uso futuro do bem alienado; e

b) autorizações das autoridades competentes.

1. **LIÇÕES APRENDIDAS**

Apresentar breve discussão sobre as lições aprendidas e as oportunidades de melhoria no descomissionamento de instalações. Abordar os gargalos técnicos, operacionais e de infraestrutura verificados e as soluções inovadoras identificadas e implementadas pelo contratado ao longo do descomissionamento de instalações.